



JORNAL DA ADUA

imprensa.adua@gmail.com /adua.andes ADUA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

www.adua.org.br

DEFESA DE DIREITOS EXIGE ADESÃO DE SOCIEDADE CIVIL

Conad: Para docentes, a atual luta demanda mais unidade entre movimentos e a sociedade na tentativa de construção de novo cenário de mobilização
Págs. 4/5

Reunião
Diretoria da ADUA expõe prioridades da categoria à reitoria da Ufam Pág. 3

Entrevista
Expectativa para barrar retrocessos é protagonismo do trabalhador Págs. 6/7



DIVULGAÇÃO / ADUFF SSIND



Editorial

O governo apresenta suas armas: “discurso reticente, novidade inconsistente/ e a liberdade cai por terra aos pés de um filme de Godard/ A cidade apresenta suas armas, meninos nos sinais, mendigos pelos cantos/ E o espanto está nos olhos de quem vê o grande monstro a se criar” cantavam, em 1986, os Paralamas do Sucesso. A tenebrosa sensação de déjà vu que nos atormenta em pleno 2017, como um pesadelo, parece terrível demais para ser verdade. Nossos antagonistas parecem saídos de filmes de terror: Moro, Temer, Bolsonaro, Cunha.

O ANDES-SN, como fez Brecht, nos conclamou a sair da condição de expectadores desta ópera bufa e exercitarmos o otimismo de que nos falou Gramsci, diante da pesada conjuntura. A difícil tarefa da construção da unidade dos trabalhadores, diante de um quadro em que grandes centrais sindicais apontam para uma perspectiva conciliatória, traz também, como obstáculo, a pesada rotina de trabalho, a precarização e o sucateamento do serviço público que culminam no adoecimento docente.

Obstáculos adicionais em nossas lutas incluem aqueles associados ao machismo que, entranhado em nossa sociedade, manifesta-se também na base de nosso sindicato, demandando esforço e investimentos para seu combate, trincheira na qual o ANDES-SN também não mediu esforços, em discussões, fóruns e campanhas de combate ao assédio sexual.

“Otimistas na ação”, lembremos que tais condições, nem de longe, nos remetem a dos operários ingleses dos tempos da Revolução Industrial que, desnutridos, tuberculosos e cansados, desafiaram o *status quo* e conquistaram direitos que usufruímos até os dias de hoje... Ou seria ontem?

Sim, são tempos de TEMER, substantivo próprio. São tempos de NÃO TEMER, verbo no infinitivo, tempos de FORA TEMER! Neste contexto de governo ilegítimo, o ANDES-SN (e também a ADUA) defende eleições diretas como condição, ainda que insuficiente, para a retomada de processos democráticos no país, embora concordando com seu ex-presidente, José Alcimar de Oliveira, quando diz que “nunca tivemos, de fato, o alegado Estado Democrático de Direitos. O que se mantém, e se fortalece, é um estado oligárquico de privilégios”.

À luta, companheiros!

Notas

1 Audiência com ministro

Representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) protocolaram, no dia 26 de julho, no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Mpog), um documento solicitando uma audiência com o ministro para debater a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais. A pauta foi entregue ao governo em fevereiro deste ano e não foi respondida. A pauta aponta três eixos de reivindicações: negociação e política salarial; previdência; e condições de trabalho e financiamento. Entre as exigências se destacam a luta por uma política salarial permanente; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e definição de data-base (1º de maio).

1 Defesa da Unila

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) corre o risco de ser extinta, caso a emenda aditiva à Medida Provisória (MP) 785, apresentada pelo deputado federal Sergio Souza (PMDB-PR) e que propõe a transformação da Unila em Universidade Federal do Oeste

do Paraná (UFOPR), seja aprovada. Para tentar barrar o retrocesso, entidades criaram uma petição pública, endereçada à Câmara, e que já conta com mais de 12 mil assinaturas. As entidades envolvidas são as associações nacionais dos Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) e de História (Anpuh), o Fórum Universitário Mercosul (FoMerco) e a Associação Brasileira de Hispanistas (ABH).

1 Encontro Nacional

O 3º Encontro Nacional de Educação (ENE) será realizado em 2018. A definição ocorreu durante o 62º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad), que ocorreu de 13 a 16 de julho, em Niterói (RJ). A Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep), do ANDES-SN, será responsável pela organização do ENE, que irá ocorrer no segundo semestre do próximo ano. Antes do Encontro, serão realizados encontros regionais preparatórios. Essas decisões foram tomadas com base no Texto de Resolução de Política Educacional do Conad.

Charge



Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:

Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável:

Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Anryelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo

Designer/ilustradora:

Jessica Martins

Projeto gráfico:

Ángelo Lopes

Fotografias:

Anderson Vasconcelos, ANDES-SN, Adulf SSind e Divulgação

Chargista:

Junior Lima

E-mail:

aduass@uol.com.br | imprensa.adua@gmail.com

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Manaus - Amazonas.

Impressão:

Grãtech. 2000 exemplares.

>>> DIÁLOGO



ANDERSON VASCONCELOS

ADUA informa ao novo reitor as prioridades da categoria

Anderson Vasconcelos

Adoecimento docente, assédios moral e sexual, perseguição a sindicalizados e uma série de medidas institucionais que atacam diretamente os professores federais. Os problemas são antigos e não são exclusividade da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), mas aqui se ensaia uma nova forma de tratá-los, a partir do diálogo entre movimento docente e instituição. Pelo menos, essa é a expectativa da ADUA, após o 1º encontro com o novo reitor da Ufam, professor Sylvio Puga.

No dia 25 de julho, a diretoria da seção sindical apresentou ao gestor

as demandas da categoria e ações a serem implementadas pela entidade em defesa dos professores e da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A ADUA, entidade classista, autônoma e democrática, não abre mão de seus princípios e envidará esforços para fazer valer o direito dos sindicalizados.

Nesse encontro, a ADUA levou ao conhecimento do reitor assuntos complexos e que requerem da Administração atenção e trato adequado. Temos que ter a maturidade de resolver as questões internamente. “Tenho horror a questões políticas sendo judicializadas”, destacou Puga.

Entidade não abre mão de princípios

Antes de apresentar ao reitor a pauta da reunião, o presidente da ADUA, professor Aldair Andrade, fez questão de ressaltar os princípios da seção sindical como entidade classista, autônoma e defensora intransigente da democracia no ambiente universitário

e fora dele. “Essa reunião é para estabelecer o diálogo entre a instituição e o movimento docente”, afirmou o presidente.

Sylvio Puga destacou que não haverá dificuldade de diálogo com a gestão dele. O reitor fez questão ainda de mencionar que é ocupante, por um prazo estabelecido, de um cargo que a comunidade delegou. “Eu estou reitor. Sou professor!”, emendou.

PAUTA LOCAL E NACIONAL

Uma das maiores preocupações da ADUA é o adoecimento docente. Durante o encontro, a diretoria da entidade comunicou o interesse em realizar uma pesquisa sobre o assunto na Ufam, atendendo a uma resolução do ANDES-SN, que vai tratar do assunto em nível nacional. A seção sindical também instou o reitor sobre as medidas que podem ser adotadas para mitigar situações que levem ao adoecimento de professores.

A entidade solicitou ao gestor esclarecimentos sobre qual será a postura da atual administração diante da exigência de que todos os docentes da instituição apresentem à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) diploma de mestrado e/ou doutorado sob pena de retirada da gratificação de retribuição por titulação, em virtude de ato assinado pela administração anterior. A diretoria da ADUA solicitou a dilatação do prazo por mais seis meses além do previsto para entrega de documentação.

A Seção Sindical informou, ainda, que promoverá debates sobre as Resoluções nº 13/2017 – que trata das normas de progressão e promoção na instituição, e nº 22/2017, sobre carga horária docente. Essas normativas, na avaliação da entidade, não dialogam com as demais e, por isso, têm gerado uma série de dúvidas. A entidade solicitou à Reitoria mais esclarecimentos sobre essas normativas e sobre a Estatuinte da Ufam, cujo processo de discussão, iniciado em 2013, até hoje não foi encerrado.

Na ocasião, a diretoria da ADUA entregou a Sylvio Puga um ofício solicitando informações relacionadas aos direitos de aposentadoria e vagas docentes; orçamento da Ufam; terceirizações; e carreira docente. O material irá subsidiar um diagnóstico nacional sobre as Instituições Federais de Ensino (Ifes).

Durante o encontro, Sylvio Puga se mostrou disposto a discutir os temas levantados. “As pessoas têm de saber conviver com a crítica”, afirmou o reitor. A expectativa da ADUA é que a nova Reitoria adote, durante o tempo de gestão, uma postura de diálogo com o movimento docente.



O encontro ocorreu no dia 25 deste mês, no gabinete da Reitoria, 18 dias após a solicitação feita pela seção sindical.



Unidade demanda mais esforço dos movimentos para mobilização

Daisy Melo

Revogação e barragem das contrarreformas; construção de uma nova Greve Geral; 'Fora Temer'; posição contrária à política de conciliação de classe e eleições Diretas e Gerais Já. Essas são as atuais bandeiras dos professores definidas no 62º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad). A luta por essas questões demandará um esforço maior para a construção de mais unidade entre os movimentos sindicais e populares e a sociedade civil organizada, na tentativa de impulsionar a mobilização. A avaliação é da delegação da Associação dos Docentes da Ufam (ADUA), que participou do Conselho, realizado de 13 a 16 de julho deste ano, em Niterói (RJ).

Com o tema 'Avançar na unidade e reorganização da classe trabalhadora: em defesa da educação pública e nenhum

direito a menos!', o Conad atualizou a agenda de lutas da categoria na preparação para enfrentamento da retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros, ponto central na atual conjuntura social, política e econômica do País, assolado com os desmandos do governo ilegítimo de Michel Temer. Fizeram parte da delegação a 1ª tesoureira da seção sindical, professora Rosária Carmo (ICE), como delegada, e os docentes Marinez de Souza (ICSEZ), Luiz Fernando Souza (IFCHS) e Ana Lúcia Gomes (ICB), como observadores.

GREVE GERAL

Durante o 62º Conad, foi definida a necessidade de uma nova Greve Geral como instrumento para barrar a contrarreforma da Previdência e revogar a contrarreforma Trabalhista e a Lei das Terceirizações, projetos que atacam diretamente os direitos dos trabalhadores.

Além dessa bandeira, os professores reafirmaram, ainda, o rechaço do Sindicato Nacional ao atual governo, mantendo o 'Fora Temer' como uma das palavras de ordem a serem levadas às ruas.

Para Luiz Fernando Souza, a organização de uma Greve Geral exigirá mais dedicação e estímulo à unidade dos movimentos sindicais. "A construção de uma nova Greve Geral nacional demandará um esforço maior, na atual conjuntura é extremamente difícil, essa foi uma avaliação feita por todos que fizeram intervenções, já que, pelo resultado da última greve, em junho, percebemos que as grandes centrais não injetaram esforços. Essa nova greve demandará mais unidade na luta com outros movimentos da CSP-Conlutas e outras centrais", avaliou.

Essa proposta de unidade passa também pela adesão de outros segmentos da sociedade, segundo Souza. "É preciso envolver nesse processo os movimentos sociais e populares, como o Sem Teto, Sem Terra e estudantil. Isso será necessário porque na última Greve Geral não teve tanta adesão quanto na primeira que foi um estrondoso sucesso, foi uma demonstração de força", explicou o professor. A primeira Greve Geral nacional ocorreu no dia 28 de abril e a segunda no dia 30 de junho.

MOBILIZAÇÃO

Diante da precarização do trabalho docente e da ampliação da retirada de direitos,

“

Os docentes estão muito apáticos em relação às reformas e essa não é questão somente dos professores da Ufam, mas dos docentes em geral. O trabalhador brasileiro precisa engrossar o coro contra essas medidas. É preciso aumentar a mobilização”.

Rosária do Carmo

professora e delegada da Adua no 62º Conad

a professora Rosária do Carmo ressaltou que a mobilização em uma conjuntura regressiva pode ser a saída. “Os docentes, em geral, estão muitos apáticos em relação às reformas e essa não é uma questão somente dos professores da Ufam, mas dos docentes em geral. O trabalhador brasileiro precisa engrossar o coro contra essas medidas. É preciso aumentar a mobilização”, analisou.

A delegada da ADUA no 62º Conad destacou que a atualização do plano de lutas dá uma dimensão do esforço que a categoria deverá fazer para atuar em várias frentes. “Vamos implementar algumas pesquisas, conforme orientação do Sindicato Nacional, com relação à Terceirização e, ainda, sobre o orçamento. O objetivo é saber, entre outras coisas, como a universidade está sendo afetada, direta ou indiretamente, com o corte de recursos”, explicou, acrescentando que são estratégias para combater as contrarreformas, utilizando dados das instituições de Ensino.

ELEIÇÕES JÁ

Eleições Diretas e Gerais Já com novas regras também serão reivindicadas. Sobre a possibilidade de uma sucessão de Michel Temer,

foi unânime o repúdio à possibilidade de eleições indiretas. Os professores chegaram a um consenso também que a substituição apenas do presidente da república e a manutenção do Congresso Nacional não mudariam o cenário de ataques aos direitos dos trabalhadores. Por isso, foi decidido que o Sindicato Nacional se posicionará tanto pela realização de eleições diretas e gerais quanto por regras que permitam o debate sobre o futuro do país.

A presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, frisou, durante o Conad, que o Sindicato não deposita suas expectativas no sistema institucional de eleições. “Na nossa avaliação não é esse sistema que vai dar conta dos interesses dos trabalhadores, mas, também, nos posicionamos radicalmente contra qualquer possibilidade de eleição de forma indireta. Somos a favor de eleições diretas, mas somos a favor de eleições diretas para todos os cargos, porque nosso entendimento é de que não basta, hoje, mudar o presidente da República e manter esse Congresso Nacional que as denúncias já mostraram que quase todos são pagos pelas grandes empresas para realizar as contrarreformas. Para nós, é necessário discutir eleições para presidente e para o Congresso Nacional imediatamente, mas, também, é necessário discutir novas regras. Porque com as atuais regras a gente vai conseguir mudar muito pouco nesse cenário, já que os grandes empresários determinam os candidatos que vão ser eleitos”, afirmou.

Além da agenda de lutas, foram aprovadas a prestação de contas de 2016 e a previsão orçamentária do ANDES-SN para 2018 e definida Fortaleza (CE) como sede do próximo Conad.

Campanha contra assédio é lançada



RAFAEL BUENO/ANDES-SN

O assédio sexual também é combatido pelo ANDES-SN. Posicionando-se contra a prática, a entidade lançou, durante o Conad, uma campanha com apresentação de cartilha, cartazes, adesivos e vídeo informativo. O material serve de instrumento na luta e debates sobre o tema. No encontro, foi aprovada também a criação de uma Comissão Permanente de Enfrentamento ao Assédio. Esse foi o primeiro evento do Sindicato Nacional a contar com essa Comissão.

A campanha contra o assédio foi lançada pelo Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) com uma edição atualizada da cartilha ‘Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negros, dos LGBTs’. “A cartilha traz elementos para formar nossa militância para mostrar o que é assédio e como combatê-lo nos espaços do ANDES-SN e das universidades”, explicou a 1ª vice-presidente da Regional Nordeste 3 do ANDES-SN e da coordenação do GTPCEGDS, Caroline Lima, que também foi uma das integrantes da Comissão.

No Conselho, foi aprovada a criação, na estrutura da diretoria nacional, de uma Comissão Permanente de Enfrentamento ao Assédio, a ser incorporada no Estatuto do Sindicato Nacional. Também foi decidido que conste, nos regimentos de eventos nacionais do sindicato, a constituição de uma Comissão de Enfrentamento ao Assédio.



ARQUIVO ADUA

O professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e ex-presidente da Associação dos Docentes da Ufam (ADUA) foi o convidado para a entrevista da edição de julho do Jornal da ADUA.

JOSÉ ALCIMAR DE OLIVEIRA

“Não há reversão sem luta. O método (caminho) é a luta de classes”



Nesta entrevista concedida ao jornal da ADUA, no dia 21 de julho, o professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e ex-presidente da ADUA, José Alcimar de Oliveira, discorre sobre a política geral do país e do estado destacando o papel fundamental dos movimentos e sindicatos no combate a retrocessos no Brasil.

O trabalhador brasileiro e a população em geral vivem, atualmente, num cenário de crescente retirada de direitos consagrados na Constituição Federal, muitos deles sequer garantidos até hoje. Há precedentes dessa natureza na história da política nacional? Chegamos ao fundo do poço?

Precedentes há, não com o grau de intensidade e abrangência da ofensiva em curso. Uma ofensiva insana, diga-se. Digo precedentes porque nunca tivemos, de fato, o alegado Estado Democrático de Direitos. O que se mantém e se fortalece é um Estado oligárquico de privilégios. Não nego a importância dos avanços formais, mas permanecem muito formais e pouco reais. A Constituição de 1988 é um exemplo. É a melhor que os lutadores sociais conseguiram arrancar. Positivar avanços em forma de lei é necessário, mas insuficiente. Pouco do que garante a Constituição de 1988 se materializou em política de Estado. O que diria hoje (2017) o velho Ulysses Guimarães, que à época da promulgação da Constituição advertiu que “traidor da Constituição é traidor da pátria”. Como um Estado Democrático pode conviver com trabalho escravo? Com desigualdades sociais que se aprofundam? Quanto ao fundo do poço, não sei. Parece que o poço tem vários fundos. Se não há limites para o melhor, menos ainda para o pior. Gostaria que hou-



vesse um limite para a regressão social. Mas nesse país é difícil fazer previsão até sobre fato que julgávamos consumado. Para além de Hegel e Marx, há uma repetição que vai da tragédia, se afirma como farsa e segue como escárnio. O limite é a luta. Sem luta, o que nos resta? O cinismo conivente e de baixíssima extração, para assim resguardar o meu caro amigo Diógenes.

Há, na sua opinião, perspectivas/ expectativas para a virada dessa situação? De que forma?

Perspectiva e expectativa passam pelo protagonismo da classe trabalhadora. A luta tem que ser classista, porque ela e somente ela pode conferir conteúdo ontológico e coletivo a uma forma de vida social para além do império do valor de troca. Não há reversão sem luta. O método (caminho) é a luta de classes. Nem teorismo, nem voluntarismo. Nunca resvalar para a doença infantil. Como método, enraizado na dialética do ser social, a luta de classes implica uma constituição triádica: epistemológica (categoria de leitura da sociedade de classes), sociológica (objetivação das classes como fato social) e política (trabalho de organização e formação da classe). Fora disso, será vazio o discurso da consciência de classe.

Por que, no Brasil, é tão difícil conjugar política de governo e política de Estado? Quais interesses estão, hoje, no comando do país?

Trata-se de um projeto de Estado. O que é historicamente o Estado brasileiro? Não teria muito o que acrescentar à análise de Marx e Engels, lá no Manifesto, sobre o Estado burguês, cujo executivo “não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa”. A política de governo é presidida pela política burguesa de Estado. Alguém pensa ou acredita que o governo de colaboração de classes tenha ao menos arranhado a estrutura burguesa, oligárquica, patrimonialista do Estado brasileiro? Ademais, esse país que tentou se afirmar como emergente continua estruturalmente emergencial. País de emergências, campanhas e programas. Foca na superfície do singular para escapar

ANDERSON VASCONCELOS



ao desafio estrutural da totalidade social. Rancière alertava sobre o ódio à democracia; Adorno, contra a aversão à teoria; e o Brasil incutiu em mim o temor ao emergente. Desde garoto, quando tomava banho no antigo igarapé do Franco (também conhecido como “banho dos cornos” e, hoje, um esgoto sob o céu da Avenida Brasil, em Manaus), nosso temor era do que emergia à superfície sem autoria assumida.

O que explica sobrar tão pouco para grande parte da população?

Não tenho formação psicológica. Recorro ao Mouro de Trier ao perceber o caráter retensivo da burguesia. E não estamos imunes a isso. Ainda com Marx, que admitia o quanto a propriedade privada nos tornou tão cretinos e unilaterais. A burguesia é insaciável, predatória, parasitária, sociopata. Além disso, vale observar que o Estado burguês opera pela desmedida imposta pelo valor de troca. Gera carência social para as majorias e excesso de privilégios para poucos. A saída dessa desmedida passa pelo controle social. Um desafio para a classe trabalhadora, porque ao poder do capital interessa um Estado com o mínimo ou nenhum controle social.

É possível mensurar o tamanho do esforço que movimentos e sindicatos devem ter para combater o retrocesso no Brasil?

No Brasil a maioria dos movimentos e sindicatos abdicou até da luta corporativa. Poucos sindicatos, e o ANDES-SN mantém-se nessa trincheira, alinham-se fora da curva da cooptação e do governo. Há um coeficiente baixíssimo de formação política. Esse quadro favoreceu o retrocesso que não se iniciou com o 'temerismo'. A natureza, tanto



Entrevistado:

José Alcimar de Oliveira

Formação:

Doutor em Sociologia e Cultura na Amazônia e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Poucos sindicatos e o ANDES-SN mantém-se nessa trincheira, alinham-se fora da curva da cooptação e do governo. Há um coeficiente baixíssimo de formação política. Esse quadro favoreceu o retrocesso, que não se iniciou com o 'temerismo'. A natureza, tanto quanto a história, não dá saltos.

quanto a história, não dá saltos. A luta é desigual, mas importa não desertar. E não foram poucos os movimentos e sindicatos que desertaram, chafurdaram no lodaçal do peleguismo.

Sabemos que as gerações futuras serão as mais afetadas pelo retrocesso no Brasil. Quais pontos deverão evidenciar mais os prejuízos gerados pela retirada de direitos?

A minha geração - falo de mim, que já cruzei a linha dos 60 - ainda alimentava alguma crença no futuro. Os jovens de hoje, em sua maioria filhos da classe trabalhadora, não são apenas privados do futuro, porque nem mesmo o presente se lhes apresenta seguro. O Brasil hoje responde por mais de 10% dos homicídios do mundo. 60 mil vidas por ano. É um genocídio subnotificado cuja maioria das vítimas se constitui de jovens pobres, negros e índios. O Estado brasileiro, lesa-vida, subtraiu estatuto literário ao “viver é perigoso”, do grande Guimarães Rosa, e o reduziu à sociologia do crime.

Parte da população tem o entendimento deturpado de que a terceirização, a Reforma do Ensino Médio, o Projeto Escola Sem Partido, as contrarreformas trabalhista e da previdência e a privatização dos Hospitais Universitários são medidas que impactam apenas um recorte da sociedade. As imposições do governo interferem em todos segmentos da sociedade? Como?

Trata-se da aceleração de um processo ensandecido de retirada de direitos coletivos. Estamos diante de uma política de letalidade em bloco. O impacto do ataque é social: mantém e amplia privilégios de poucos à custa da miséria coletiva. E a sociedade, boa parte, parece bestializada. As universidades, coniventes. É um quadro de decomposição institucional. Os intelectuais, em boa parte, permanecem contentes. A naturalização da doença pode ser pior do que a própria doença. Estamos diante, para usar a conceituação de Roberto Schwarz, de um retrocesso em que a perspectiva da luta de classes cedeu lugar a uma “desigualdade social degradada”. Como combater a política da despolitização, alimentada pela ignorância social produzida pelo excesso de informação-lixo? Em resumo, o Projeto Escola sem Partido (na verdade Lei da Mordaza) paradoxalmente resulta dos partidos sem escola, que abdicaram da formação política. Num texto político intitulado 'O privilégio da ignorância', publicado em 1917, Gramsci admitia: “Os burgueses podem até ser ignorantes. Mas não os proletários. Os proletários têm o dever de não ser ignorantes”. É da natureza da luta classista do ANDES, nosso Sindicato Nacional, e de nossa ADUA 'véia de guerra' promover e ampliar os espaços de formação política.

>>> **MERCANTILIZAÇÃO**

A província do capital e da barbárie

* Perfil

**Por Marcelo Seráfico**

Doutor em Sociologia e professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufam.



Em sociedades capitalistas o fim último do trabalho não é a satisfação das necessidades dos indivíduos. Pelo menos, não a satisfação das necessidades da maioria dos indivíduos. Nessas sociedades o trabalho, ou mais precisamente, a força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra".

O mundo é movido a trabalho. A ação transformadora do Homem sobre a natureza, tendo em vista satisfazer necessidades determinadas, é a base das nossas formas de organizar e dar sentido à existência. Por isso o trabalho está no centro de tudo, mas não é sempre o mesmo. Pode ser a transformação da natureza realizada de modo direto e imediato pelas mãos do Homem e ser essa mesma transformação mediada por instrumentos que não as mãos, indo de tecnologias como a de lascar a pedra até a de dispositivos nano-eletrônicos.

O que está em causa é o fim a que se destina a atividade transformadora e o modo como socialmente se a organiza para atingir esse fim. Em sociedades capitalistas, o fim do trabalho não é a satisfação das necessidades da maioria dos indivíduos. Nessas sociedades, a força de trabalho é uma mercadoria. Os que a compram retiram dela o necessário à valorização de outras mercadorias, cuja venda redundará em acumulação privada de mais riqueza e os que a vendem retiram da remuneração recebida o necessário para consumirem o que lhes manterá vivos e aptos a participar de um novo ciclo de compra e venda de mercadorias.

Daí que seja central a discussão em torno da organização do trabalho. Ao fim, se está discutindo o padrão civilizatório de uma sociedade, o modo pelo qual se distribuirão as riquezas e as perspectivas dos indivíduos em relação ao presente e futuro.

Se visto numa perspectiva mais ampla, as modificações da legislação trabalhista estão contidas numa problemática qual seja a da reforma do Estado. Não é à toa que as primeiras iniciativas de alterar a Consolidação das Leis de Trabalho no período pós-ditatorial do Brasil tenham sido do governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo objetivo declarado era "liquidar a Era Vargas". Essa liquidação envolvia desregular os mercados, inclusive o de compra e venda de força de trabalho, privatizar empresas públicas,

abrir a economia nacional e promover sua transnacionalização.

O governo do ex-sociólogo findou com alta impopularidade e abriu caminho para que fosse eleito um ex-sindicalista que, para tanto, escreveu uma Carta ao Povo Brasileiro na qual assegurava ao mercado que todo avanço nas políticas sociais seria feito sem ferir os interesses das finanças mundializadas. Os anos Lula foram de desaceleração das contrarreformas empreendidas por FHC. No exercício da hegemonia às avessas, como sugeriu Chico de Oliveira, o ex-sindicalista combinou a garantia das condições de expansão da acumulação de capital com a demanda por força de trabalho.

O fato é que a desaceleração das contrarreformas não significou sua reversão. Bastou que a "marola" da crise mundial revelasse sua força de tsunami para que Dilma, sucessora de Lula, ajustasse os ponteiros da política econômica nacional ao relógio neoliberal. Isso, contudo,

não bastou para aplacar a sanha destrutiva das elites tradicionais e modernas. Dilma foi apeada do Executivo nacional por meio de um golpe cínico patrocinado pela nata da criminalidade política nacional composta por Aécio Neves, então presidente do PSDB, partido do 'príncipe dos sociólogos'; e pelo vice-presidente da república, Michel Temer, figura acostuada a operar nas sombras da política.

No governo de Temer, em menos de dois anos, vem se tentando fazer tudo o que FHC não foi capaz de realizar em oito anos e que Lula e Dilma não foram capazes de obstruir definitivamente. A onda de contrarreformas visa transformar o país numa mera província do capital, um lugar no qual os trabalhadores serão simplesmente força de trabalho disponível a quem os queira explorar e como o queira fazer.

O governo de Temer está sepultando o projeto da Era Vargas, mas não o está substituindo por nada, a não ser a criação das condições para a barbárie. Não há dúvida de que haverá reações. Resta saber se virão cedo ou muito tarde.



>>> POLARIZAÇÃO

Perda de direitos, lutas sociais e protagonismo dos trabalhadores

✱ Perfil



Por Antônio Pereira de Oliveira

Mestre em Sociologia e Cultura na Amazônia, professor do curso de Ciências Sociais da Ufam e ex-presidente da ADUA.



A envergadura dos acontecimentos políticos ocorridos no país desde junho de 2013 ensejou uma série de interpretações. As manifestações que tomaram conta do país a partir daquela data geraram uma nova situação política em que entraram em cena estratos bastante heterogêneos da sociedade nacional. Foram movimentos que emergiram por fora das instituições oficiais e dos organismos tradicionais do movimento social brasileiro.

Esse protagonismo foi visto por alguns como o despertar da sociedade civil, movida por uma espécie de rejeição unânime aos corruptos e aos desmandos na esfera política. Para outros, o desenrolar das manifestações enveredava para uma onda reacionária, em função de as camadas médias e uma vertente minoritária dos estratos inferiores das *upper classes* terem tomado o centro da cena política do país com seus jargões racistas e preconceituosos. Independentemente das diferentes interpretações, talvez seja mais pertinente falar em mudança na correlação de forças sociais em vez de pretender uma caracterização definitiva da sociedade civil brasileira. A própria realidade se encarregou de esboçar as linhas básicas de um relativo consenso entre aqueles que se debruçaram sobre os acontecimentos desse período. O consenso é que, depois

de junho de 2013, houve uma clara mudança na disposição de luta dos distintos setores sociais. Um processo que envolveu diferentes fases, em que foram sendo substituídos os sujeitos sociais que ocuparam o centro da cena política do país. No início, o movimento era heterogêneo, com uma pauta difusa e com baixíssima participação política da classe trabalhadora. Em seguida, os setores médios assumiram a cena principal com um enfoque na corrupção e, finalmente, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, esses setores recuaram em meio a um forte ascenso da classe trabalhadora, da periferia e dos movimentos sociais.

Embora a expressão desse processo apresente contornos políticos mais ou menos explosivos e tenha por base diferentes interesses sociais, a sua razão tem seu cerne na manutenção das condições de apropriação de excedentes e na garantia de reprodução de acumulação de capital em nível nacional e internacional. A crise da economia mundial, iniciada em 2008, passou a exigir no decorrer dos anos subsequentes um elevado grau de austeridade para os governos de todos os países. Uma exigência que atinge os estratos intermediários, mas incide, principalmente, sobre às camadas sociais assalariadas, pondo em causa direitos e conquistas.

Essa política de austeridade se traduz em contenção, redução e cortes de investimentos sociais, precarização das condições de trabalho, desemprego e desmonte das legislações previdenciárias e trabalhistas. Espera-se recuperar os patamares de lucros empresariais e garantir melhores condições de investimentos privados para as corporações transnacionais naqueles países. Os efeitos dessa política são estupefacentes: o empobrecimento de grande parte da população, alta do nível de violência e situação política explosiva.

Esse é o pano de fundo sob o qual se insere o debate acerca da capacidade dos setores sociais que constituem a sociedade civil. A interrogação que se faz premente é se existe acúmulo político suficiente capaz de responder aos desafios exigidos por essa nova fase da luta de classes. As medidas de austeridade iniciadas no governo Dilma e aprofundadas com Michel Temer; o acentuado quadro de degradação política, ensejado por fortes indícios de corrupção nas altas esferas governamentais; e a crescente indignação social, expressa em ocupações de escolas, movimentos de periferias, manifestações de ruas e um número cada vez mais recorrente de greves geraram uma profunda crise política e uma situação complexa envolvendo as principais instituições do regime.

A crise abriu a possibilidade de pôr em questão o poder político. O governo Temer encontra-se desprovido de apoio popular e se mantém às custas de meios artificiosos como balcanização de cargos ministeriais e compras de votos via emendas parlamentares. Trata-se de um governo muito frágil, renegado até mesmo pelas frações mais conscientes da burguesia. Por outro lado, os trabalhadores e os distintos setores sociais protagonizaram uma agenda de lutas que, entre outras ações nacionais, incluíram duas Greves Gerais. Enfim, pode-se dizer que vivemos um momento crucial de decisão política estratégica. Os trabalhadores e os movimentos sociais têm em suas mãos uma chance de conduzir uma saída que transcenda os estreitos limites da normalidade do regime. Caso não o faça, é muito provável que as coisas se acomodem ao velho e bom estilo da cultura política nacional, ou seja, uma solução típica da revolução passiva: processos sociais e políticos de mudança 'pelo alto'.

>>> **INDEPENDÊNCIA**

Ensino de Filosofia: a formação do professor mediada pela Práxis

*** Perfil**



Por José Belizario Neto

Mestre em Filosofia e professor assistente 1 do Departamento de Filosofia da Ufam.



A obrigatoriedade da Filosofia no Ensino Médio por si só não é suficiente, pois não garante o preenchimento das lacunas deixadas ao longo do tempo anterior a 2008. Além disso, não tivemos um retorno da Filosofia no Ensino Médio".

O debate sobre a formação do professor de Filosofia no Ensino Médio tem se tornado frequente em vários espaços acadêmicos. A tarefa pedagógica e política na atividade docente com a Filosofia no Ensino Médio, bem como no Ensino Superior, exigem comprometimento da escola pública e dos professores de Filosofia. Portanto, é preciso romper o preconceito de que a Filosofia é para poucos, o que separa os alunos da escola pública do exercício do filosofar. Porém, a realidade posta na educação básica dificulta o processo de emancipação, o que não significa impossibilitá-lo. Da parte do Estado, que é burguês na sua essência, não há interesse na implementação da Filosofia na educação da juventude.

No escopo desse debate sobre a formação do professor de Filosofia ocorre o Seminário 'Práxis dialógica: a formação do professor de filosofia em conexão com a realidade', uma realização do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia: Metodologia, Didática e Ensino de Filosofia (GPEMFILO) e resultado de uma articulação entre diversas atividades de Formação de Professores do Departamento de Filosofia da Ufam. O evento ocorre em duas etapas: de 11 a 13 de julho de 2017 e de 21 a 23 de novembro de 2017. A partir das discussões, foi lançada uma carta-manifesto repudiando as Contrarreformas em curso no Brasil: Do Ensino Médio, da Previdência e Trabalhista; bem como a EC 95 (que congela os gastos públicos nas áreas sociais por 20 anos), a criminalização dos movimentos sociais, da juventude, dos sindicatos e dos trabalhadores, entre outras barbaridades causadas pelo ilegítimo governo Michel Temer e seus asseclas.

Dentro deste debate, foi exposto que, atualmente poderíamos vivenciar um momento razoável para o Ensino de Filosofia, a partir da aprovação da Lei 11.684, de 2 de junho de 2008, que alterou o art. 36

da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio. Porém, a obrigatoriedade da Filosofia no Ensino Médio por si só não é suficiente, pois não garante o preenchimento das lacunas deixadas ao longo do tempo anterior a 2008. Além disso, não tivemos um retorno da Filosofia no Ensino Médio, já que ela nunca esteve presente em todo o Ensino Médio público brasileiro. Não descartávamos a possibilidade de uma avaliação da Filosofia no Ensino Médio por parte do governo, no sentido de saber que resultados essa Filosofia traria para a juventude. Nesse sentido, seria necessário que a Filosofia estivesse bem consolidada, para que não fosse retirada por força de lei ou decreto ou Medida Provisória, como ocorre no momento atual, um cenário bem pior do que imaginávamos.

Considerando que a Filosofia significa 'amizade pelo conhecimento' e que o filósofo é o 'amigo do saber', com o evento pretendemos estabelecer um diálogo que retome os primórdios da filosofia (com o exercício da práxis de uma educação emancipadora), fazendo uma conexão com a conjuntura atual. Para que este debate filosófico aconteça, estaremos imbuídos pela práxis filosófica, na qual a teoria está ancorada na prática e a prática está fundamentada na teoria. Sendo assim, só acontecerão as mudanças desejadas na prática, se interpretamos teoricamente a realidade, mesmo reconhecendo que há uma ausência de políticas públicas de Estado adequadas para uma formação humanizadora, capaz de possibilitar o exercício da emancipação, ao invés de um estado de barbárie, que parece se instalar com as atuais políticas de governos corruptos, hipócritas e fascistas.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/06/2017 A 30/06/2017



QUADRO DE RESUMO	Mai/2017	Jun/2017
SALDO ANTERIOR	R\$ 38.088,63	R\$ 29.683,78
Receitas	R\$ 87.260,25	R\$ 91.329,76
Despesas	R\$ 95.665,10	R\$ 84.512,66
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS	R\$ 8.404,85	R\$ 6.817,10
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 29.683,78	R\$ 36.500,88
Banco do Brasil S/A C/C	R\$ 46.127,90	R\$ 46.469,23
Aplicação Banco do Brasil	R\$ 530.161,90	R\$ 533.833,31
CAIXA	R\$ 996,97	R\$ 4.290,44
SALDO ATUAL DISPONÍVEL	R\$ 606.970,25	R\$ 621.093,86

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

>>> OTONI MESQUITA

Curta expõe cotidiano de artista do AM

Annyelle Bezerra

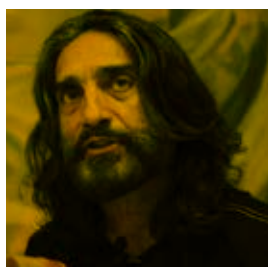
Desenvolvido por dois jovens documentaristas como trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o curta-metragem ‘O Canto’ desperta a curiosidade do telespectador já a partir do nome. Batizado em referência à forma como o artista amazonense e professor aposentado da Ufam, Otoni Mesquita chama o espaço onde produz sua arte, o vídeo foge dos padrões jornalísticos caracterizados pelo abuso de *offs* e entrevistas para ingressar num modelo que respeita o tempo, o cotidiano e as impressões do personagem retratado, mostrando como desenvolver um trabalho audiovisual diferenciado, ao mesmo tempo em que valoriza um artista local.

Daniella Coriolano e Rômulo de Sousa, autores de ‘O Canto’ apresentaram o trabalho para a obtenção do título de bacharéis em Comunicação Social - Jornalismo, no dia 14 de julho. Parceiros na produção do trabalho de conclusão de curso, os jovens partilham também a paixão pela produção de documentários.

A exposição do dia a dia do artista plástico conhecido nacionalmente e professor aposentado do Departamento de Artes da Ufam se apresentou de forma natural aos estudantes através da orientadora da dupla e docente do curso de

Jornalismo da universidade, professora Ítala Clay. Formado também em Jornalismo e colaborador indireto do Human Connection Project que, em 2013 teve Daniella como participante, Otoni foi escolhido pela intensa atuação no cenário cultural local, assim como pelo extenso acervo pessoal

* Perfil



Otoni Mesquita é pesquisador e professor aposentado do Departamento de Artes da Ufam.



DIVULGAÇÃO



que mantém sobre sua trajetória.

“Nós queríamos produzir um vídeo que informasse sem ser extenso ou carregado de informações, mas que ao mesmo tempo contemplasse as informações repassadas. O documentário faz um recorte da vida dele”, conta Coriolano.

O curta-metragem aborda, em 15 minutos, as atividades cotidianas desenvolvidas pelo artista amazonense ao longo de um mês de gravações e entrevistas. De forma por vezes poética e reflexiva, Otoni fala sobre o costume de desenhar desde a infância, da impressão que as pessoas têm sobre ele e a arte que produz, assim como, sobre a dificuldade que as mazelas sociais impõem a visão que parte da sociedade tem sobre a importância da Cultura. A casa de Otoni, o centro de Manaus, o Ateliê do Centro de Artes da Ufam (Caua) e a galeria do Largo São Sebastião ambientam o documentário.

Natural do município de Autazes, Otoni Moreira de Mesquita nasceu em 1953 e é descrito pelos estudantes como uma pessoa solícita, madura e em constante transformação, fatores que contribuíram para informar ao telespectador, através do documentário, que o personagem vai além do autor de obras artísticas, contando com um cotidiano que influencia seu trabalho diretamente.

Composto por cenas do personagem pintando, confeccionando uma fantasia de pássaro utilizada por ele para chamar a atenção das pessoas

enquanto expõe suas obras, assim como andando pelas ruas do centro de Manaus, ‘O Canto’, segundo Rômulo, começou a ter as entrevistas gravadas com Otoni a partir da terceira conversa com o artista para garantir a coleta de material, assim como balizar a confecção do roteiro.

A organização do tempo e a execução, ao mesmo tempo, dos processos de produção das entrevistas, confecção do roteiro e execução do trabalho

escrito a ser apresentado à banca examinadora são apontados pelos autores do curta-metragem como as principais dificuldades enfrentadas ao longo do trabalho que futuramente deve concorrer à editais para não permanecer apenas ‘dentro dos muros da universidade’.



COLUNA FALA JURÍDICO

O assédio moral no ambiente de trabalho é um tema cada vez mais discutido hodiernamente visto que, neste espaço, o empregador está investido no seu poder de direção, que compreende a faculdade de organizar a atividade do empregado, fiscalizar o trabalho deste, bem como o seu comportamento no ambiente laboral, e impor sanções disciplinares ao trabalhador.

Tais condutas são perfeitamente compatíveis com a legislação, não configurando assédio moral desde que não exponham os trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, de forma repetitiva e prolongada, durante o horário de trabalho e no exercício de suas funções, ofendendo a sua dignidade ou integridade física.

A prática de assédio moral no ambiente de trabalho é caracterizada por “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho” (HIRIGOYEN, 2002, p. 65).

No âmbito do setor público, o assédio moral também tem se tornado visível. Isto se dá em razão de inúmeros fatores como, por exemplo, o fato de que os ocupantes de cargos de chefia, na maioria das vezes, são indicados em virtude de seus vínculos de amizade com o gestor, por isso podem se tornar arbitrários, apoiando-se na sua indicação.

São exemplos de condutas que podem caracterizar assédio moral: segregação do trabalhador, delegação de tarefas impossíveis de serem cumpridas em um curto prazo, ausência de repasse de trabalho, humilhação pública do trabalhador, imposição de sobrecarga de trabalho, etc.

No âmbito do serviço público, não configura assédio moral a orientação e a fiscalização do trabalho, bem como a aplicação de penalidades previstas no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90), após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Importante evidenciar também que o assédio moral não ocorre somente a partir de superior hierárquico em face de subordinado, em-

bora seja a situação mais comum, podendo ser vislumbrado entre colegas de um mesmo nível hierárquico, ou partindo de subordinados para um superior, hipótese mais difícil de ser configurada.

O assédio moral possui sérias consequências para o trabalhador, podendo refletir na sua saúde física e mental, com o surgimento de doenças ou o agravamento de moléstias já existentes, bem como causando a perda do interesse pelo trabalho, o que ocasiona a queda da produtividade e da qualidade, entre outras.

No Brasil não existem legislações específicas que tratem a respeito do assédio moral, contudo

é possível pleitear a indenização por danos morais, tendo como fundamento o dano moral trabalhista e o direito ao meio ambiente de trabalho saudável, que são garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Além disso, o

agressor pode ser responsabilizado no âmbito do serviço público com o recebimento de penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112/90, tendo em vista a violação do dever de manter conduta compatível com a moralidade administrativa (artigo 116, inciso IX) e de tratar as pessoas com urbanidade (artigo 116, inciso XI), bem como a vedação ao servidor promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição (artigo 117, inciso V).

Todavia, o assédio moral é uma agressão de difícil caracterização, tanto em procedimentos administrativos, quanto judiciais, visto que o ônus da prova incumbe a quem alega, nesse caso, à vítima. Além disso, as possíveis testemunhas, muitas vezes, se negam a interferir, pois lidam diretamente com o assediador e temem represálias.

Dessa forma, o assédio moral precisa ser prevenido, com a realização de campanhas nas empresas e nos órgãos públicos para a divulgação de informações sobre o assunto, bem como com a efetivação de reuniões mensais com toda a equipe profissional e com um enfrentamento dos sindicatos.

Fernanda Kelen

Advogada (OAB/AM 11.739) e da Assessoria Jurídica da ADUA.



O assédio moral possui sérias consequências para o trabalhador, podendo refletir na sua saúde física e mental, com o surgimento de doenças ou o agravamento de moléstias já existentes”.

AGENDA



Jornada

O ANDES-SN realiza de 16 e 18 de agosto, em Brasília (DF), a Jornada de Mobilização de Aposentados e Aposentadas para discutir os impactos negativos que a Reforma da Previdência pode acarretar para o segmento, caso seja aprovada. O evento tem como tema 'Previdência e perdas históricas dos direitos de aposentadoria'.



Curso

'Índigenas, opressão pelo viés de classe na perspectiva revolucionária' é o tema da segunda etapa do Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN. A ser realizado nos dias 18 e 19 de agosto, em Dourados (MS), o curso tem como eixo central 'Movimentos Sociais: exploração, opressão e revolução'.



Seminário

O Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) promove, a partir do dia 24 de agosto, o Seminário Nacional Integrado, em Pelotas (RS). A atividade seguirá até o dia 26 e terá a presença da presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, na conferência de abertura.



Congresso

A Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) irá definir o novo plano de lutas durante o 3º Congresso da entidade, de 12 a 15 de outubro. Políticas de combate à corrupção, valorização do servidor público e posicionamento contra os planos do governo de Michel Temer são alguns dos temas do congresso que ocorrerá em Sumaré (SP).